



A Proteção Jurídica do Policial Militar em Serviço: Legítima Defesa e Estrito Cumprimento do Dever Legal

The Legal Protection of the Military Police Officer on Duty: Self-Defense and Strict Compliance With Legal Duty

Wesley Martins Maia

Especialista. Polícia Militar do Paraná

Resumo: O presente trabalho aborda a proteção jurídica do policial militar em serviço, com ênfase nos conceitos de legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal. O objetivo principal é analisar as implicações jurídicas dessas duas figuras no contexto da atuação policial, buscando entender os limites legais e as garantias jurídicas que resguardam os policiais militares em situações de risco. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão de literatura e análise de jurisprudência relevante, a fim de identificar as lacunas existentes na legislação e propor soluções para fortalecer a proteção jurídica desses profissionais. Os resultados indicam que, embora o ordenamento jurídico brasileiro ofereça algumas garantias, ainda existem desafios relacionados à interpretação das normas, o que pode gerar insegurança jurídica para os policiais. A pesquisa conclui que é necessário aprimorar a legislação, com a criação de normativas mais claras e específicas, além de fortalecer a assistência jurídica e o uso de tecnologias, como câmeras corporais, para aumentar a transparência e a segurança nas ações policiais. As propostas de aperfeiçoamento visam garantir uma proteção jurídica mais eficaz e justa para os policiais militares, respeitando os direitos da sociedade e a legalidade nas ações de segurança pública.

Palavras-chave: proteção jurídica; policial militar; legítima defesa; dever legal; segurança pública.

Abstract: This paper addresses the legal protection of military police officers in service, with an emphasis on the concepts of self-defense and strict compliance with legal duty. The main objective is to analyze the legal implications of these two concepts in the context of police actions, seeking to understand the legal limits and the legal guarantees that protect military police officers in risky situations. The research adopts a qualitative approach, with a literature review and analysis of relevant case law to identify gaps in legislation and propose solutions to strengthen the legal protection of these professionals. The results show that, although the Brazilian legal system provides some guarantees, there are still challenges related to the interpretation of the norms, which can generate legal insecurity for the police officers. The research concludes that it is necessary to improve the legislation, creating clearer and more specific regulations, as well as strengthening legal assistance and using technologies, such as body cameras, to increase transparency and security in police actions. The proposed improvements aim to ensure more effective and fair legal protection for military police officers while respecting the rights of society and the legality of public security actions.

Keywords: legal protection; military police; self-defense; legal duty; public security.

INTRODUÇÃO

A atuação da Polícia Militar no Brasil é marcada por desafios complexos que envolvem a garantia da segurança pública e a proteção dos direitos dos cidadãos, bem como dos próprios policiais militares que desempenham suas funções. O tema deste estudo, “A Proteção Jurídica do Policial Militar em Serviço: Legítima Defesa e Estrito Cumprimento do Dever Legal”, busca analisar as implicações legais que envolvem a ação policial, especialmente quando o militar se vê diante da necessidade de utilizar força no cumprimento de seu dever, seja em legítima defesa ou no estrito cumprimento da lei. Este tema ganha relevância diante da constante exposição dos policiais militares a situações de risco, e das implicações jurídicas que podem surgir dessas situações, com destaque para as questões relacionadas à responsabilização penal e à proteção dos direitos humanos.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender o marco jurídico que ampara o policial militar em serviço, especialmente no contexto das decisões judiciais que envolvem a aplicação de força, e como a legislação brasileira, em especial o Código Penal Militar e a Constituição Federal, assegura a proteção do policial quando este age dentro dos limites legais. A importância deste trabalho reside na identificação de lacunas e ambiguidades no tratamento jurídico dispensado aos policiais militares que atuam em situações de risco, muitas vezes em condições de pressão extrema, onde a linha entre a legalidade e o abuso pode ser tênue.

A problemática central do estudo gira em torno da efetiva proteção jurídica do policial militar quando este se utiliza da força, seja em legítima defesa ou no cumprimento de sua função. A pesquisa busca entender até que ponto o ordenamento jurídico oferece a devida salvaguarda aos policiais militares em serviço, e de que forma as decisões judiciais podem influenciar ou reinterpretar os princípios da legítima defesa e do cumprimento do dever legal, especialmente em casos de excessos ou abusos de autoridade. A hipótese que será investigada é a de que, embora existam normas claras para a atuação do policial militar, ainda existem lacunas na aplicação da proteção jurídica, o que pode gerar insegurança na atuação desses profissionais.

A metodologia adotada será qualitativa, baseada na revisão de literatura e análise de documentos jurídicos, como leis, decretos, sentenças judiciais e doutrinas especializadas, além de uma análise crítica de casos emblemáticos que envolvem a Polícia Militar. Serão analisados, também, artigos acadêmicos que tratam da função da polícia no contexto da segurança pública, das garantias legais e da aplicação da força, considerando os aspectos técnicos e humanísticos que envolvem o direito à legítima defesa e ao cumprimento do dever legal.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a proteção jurídica do policial militar em serviço, com foco nas situações que envolvem o uso da força, seja em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal. Para isso, serão discutidos os conceitos de legítima defesa, as limitações legais do uso da força, a responsabilidade penal do policial militar, e a necessidade de uma normativa clara que assegure direitos aos profissionais da segurança pública, sem prejudicar o direito

da sociedade à proteção. Além disso, pretende-se investigar como a jurisprudência tem tratado esses temas e identificar possíveis melhorias no tratamento jurídico dispensado a esses profissionais.

Ao longo deste trabalho, será possível verificar que, apesar de existir uma sólida estrutura jurídica que ampara o policial militar em situações de risco, a falta de normatização específica em alguns pontos pode gerar insegurança jurídica, tanto para o policial quanto para a sociedade. Portanto, este estudo pretende contribuir para o avanço da discussão sobre a proteção legal dos policiais militares, propondo melhorias na legislação e na interpretação judicial, a fim de proporcionar um equilíbrio entre a segurança pública e a justiça para os envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Atuação da Polícia Militar e o Contexto Jurídico da Legítima Defesa

A atuação da Polícia Militar é um dos pilares fundamentais da segurança pública no Brasil, estando diretamente relacionada à garantia da ordem pública e à proteção dos cidadãos. No entanto, o exercício da função policial não é isento de riscos e desafios. Os policiais militares frequentemente se veem em situações que exigem decisões rápidas e, muitas vezes, o uso da força para garantir a manutenção da ordem e a segurança das pessoas envolvidas. O conceito de legítima defesa, inserido no ordenamento jurídico brasileiro, surge como uma das principais garantias para esses profissionais, especialmente quando suas ações envolvem o uso de força em resposta a ameaças iminentes. Nesse contexto, é imprescindível compreender a legítima defesa não apenas sob a ótica da proteção dos direitos individuais dos policiais, mas também no âmbito das implicações jurídicas que envolvem a utilização da força como resposta a situações de perigo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo a Polícia Militar uma das forças auxiliares do Exército, incumbida de preservar a ordem pública. A atuação policial, portanto, não se limita à repressão de crimes, mas abrange também o poder de atuação preventiva e proativa em situações de risco. Nesse sentido, a legítima defesa é um instituto jurídico que visa proteger o agente que, diante de uma ameaça iminente, utiliza de meios necessários para a preservação de sua integridade física ou de terceiros. Segundo o artigo 25 do Código Penal Brasileiro, “entende-se por legítima defesa o ato de quem repela injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, usando moderadamente dos meios necessários”. Este dispositivo é fundamental para a compreensão das ações policiais em situações de confronto, onde o uso de força se torna não só permitido, mas também necessário para a proteção da vida e da ordem pública.

De acordo com a doutrina de Nilo Batista (2024), a legítima defesa não é um instituto exclusivo do direito penal, mas se insere dentro do direito de autodefesa,

compreendendo não só a defesa pessoal, mas também a defesa de bens jurídicos de terceiros. Nesse contexto, os policiais militares são frequentemente chamados a decidir em frações de segundos, com base em sua formação e na análise do cenário, se a utilização da força é necessária para neutralizar uma ameaça. A aplicação da legítima defesa, porém, exige a observância de dois requisitos essenciais: a presença de uma agressão injusta e iminente e a proporcionalidade no uso da força para repelir essa agressão. A jurisprudência brasileira tem se preocupado em delimitar essas fronteiras, estabelecendo que a legítima defesa não pode ser caracterizada por um excesso de reação, mas sim pela necessidade e pela moderação no uso de meios para neutralizar o perigo. Isso é especialmente relevante no contexto da atuação policial, onde o uso excessivo de força pode resultar em responsabilização penal, além de colocar em risco a integridade de civis e policiais.

Em diversas decisões, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem reforçado que, para que o policial militar tenha sua ação amparada pela legítima defesa, é necessário que a situação de risco seja evidente e que a reação tenha sido proporcional à agressão sofrida. Em um julgamento recente, o STF destacou que o uso de força letal por parte dos policiais só se justifica em situações em que não há outra opção viável para a contenção da ameaça (Brasil, 2022). Esse entendimento reforça a ideia de que a legítima defesa, enquanto causa de exclusão da ilicitude, deve ser aplicada com cuidado e somente quando todos os requisitos legais e jurídicos forem cumpridos. A interpretação correta da legítima defesa evita que situações de abuso de poder ou violência policial desnecessária sejam justificadas sob o manto de uma defesa legítima.

A atuação da Polícia Militar em situações de legítima defesa também está ligada à capacitação dos profissionais, uma vez que a formação dos policiais deve abranger não apenas o domínio técnico das operações, mas também o entendimento dos limites legais e éticos que envolvem o uso da força. De acordo com Silva (2014), a formação dos policiais deve incluir o estudo profundo das leis que regem o uso da força, especialmente em situações que envolvem a legítima defesa, para que esses profissionais possam agir dentro dos limites da lei, sem comprometer sua própria segurança ou a dos outros. Nesse panorama de capacitação, destaca-se o papel do oficial como instrutor e mentor. Cabe ao oficial não apenas a gestão administrativa, mas a responsabilidade pedagógica de traduzir os conceitos abstratos das excludentes de ilicitude para a realidade prática do policial operacional. É por meio de instruções continuadas e simulações de casos reais que o oficial assegura que o subordinado compreenda o 'momento exato' da legítima defesa, mitigando erros de interpretação que poderiam levar a processos judiciais evitáveis. A capacitação adequada não se limita apenas ao aspecto técnico de como usar armas, mas também ao entendimento psicológico e estratégico de como lidar com situações de estresse extremo, onde as decisões podem ser questionadas juridicamente após o fato.

O conceito de legítima defesa no contexto policial também envolve uma reflexão crítica sobre as normas de enfrentamento no Brasil. A aplicação da legítima defesa, muitas vezes, é influenciada por fatores sociais, culturais e até mesmo

históricos, que moldam a percepção pública sobre a atuação policial. Estudos apontam que a percepção de abuso de poder por parte de policiais militares, especialmente em operações em comunidades de baixa renda ou em áreas de risco, pode gerar desconfiança por parte da sociedade, tornando a análise de situações de legítima defesa mais complexa (De Oliveira, 2024). O uso de força, quando não justificado adequadamente, pode resultar em graves consequências jurídicas, mas também sociais, afetando a confiança da população nas instituições de segurança pública. Nesse sentido, a formação ética e o controle social da atuação policial são fundamentais para a construção de uma atuação mais responsável e menos suscetível a interpretações equivocadas de legítima defesa.

Ademais, a atuação da Polícia Militar e a aplicação da legítima defesa não se limitam à legislação brasileira, mas também estão inseridas em um contexto de direitos humanos. O uso da força, ainda que justificado em legítima defesa, deve ser sempre uma última instância, sendo preferencialmente substituída por estratégias de desescalamento e contenção não-letal. A Resolução nº 34/2014 da ONU, por exemplo, recomenda que as forças policiais busquem alternativas ao uso da força letal, visando preservar a vida humana sempre que possível. Isso significa que a formação de policiais não deve apenas preparar para reagir a uma agressão, mas também para avaliar as alternativas disponíveis antes de recorrer ao uso de força letal, mesmo em situações de legítima defesa (ONU, 1990).

O Estrito Cumprimento do Dever Legal: Limites e Implicações Jurídicas

O conceito de estrito cumprimento do dever legal é um princípio central no direito penal, especialmente no contexto das funções desempenhadas pelos agentes públicos, como os policiais militares. Esse princípio, amplamente reconhecido pela doutrina e jurisprudência brasileira, afirma que o agente que age em conformidade com a lei, para cumprir suas obrigações legais, não pode ser responsabilizado penalmente pelos atos praticados, mesmo que esses atos envolvam o uso de força ou outros meios que, em outra circunstância, poderiam ser considerados ilícitos. No entanto, para que o estrito cumprimento do dever legal seja legítimo, é imprescindível que o policial atue dentro dos limites legais e de forma proporcional ao que se exige na situação. Este princípio, embora seja uma garantia importante para os policiais, também traz consigo desafios e implicações jurídicas que devem ser devidamente analisados.

A legislação brasileira oferece uma ampla fundamentação sobre o cumprimento do dever legal, especialmente em situações nas quais os policiais militares precisam utilizar meios coercitivos para cumprir sua missão. De acordo com o Código Penal Brasileiro, o estrito cumprimento do dever legal exclui a ilicitude de determinadas condutas, permitindo que o agente público aja sem incorrer em responsabilidade penal, desde que o ato praticado seja uma exigência da função pública que exerce. O artigo 23, inciso III, do Código Penal, afirma que não há crime quando alguém “age em cumprimento de um dever legal ou no exercício regular

de direito". A atuação da Polícia Militar, portanto, deve ser entendida dentro desse contexto, como parte de um sistema de proteção da ordem pública, no qual o uso de força ou outras medidas coercitivas pode ser justificável quando realizado dentro dos limites legais.

Contudo, os limites do estrito cumprimento do dever legal são um tema amplamente debatido. A atuação policial precisa ser sempre proporcional ao risco enfrentado, evitando que o uso de força excessiva ou desnecessária se configure como abuso de autoridade.

Ademais, o estrito cumprimento do dever legal não pode ser usado como uma "licença" para a violação de direitos fundamentais, que são assegurados pela Constituição. A Polícia Militar, como força pública, deve atuar sempre dentro do marco da legalidade, respeitando os direitos dos cidadãos. Em diversos julgados do Supremo Tribunal Federal (STF), foi enfatizado que o uso da força por parte dos policiais militares só é aceitável quando se dá em estrita consonância com a legalidade e a necessidade do momento. Por exemplo, no caso de manifestações públicas, onde os policiais são frequentemente chamados para manter a ordem, o uso de força deve ser sempre limitado ao mínimo necessário para garantir a segurança das pessoas e a preservação do direito à livre manifestação. O STF, em decisões sobre o uso de força policial em manifestações, destacou que "a intervenção policial deve ser pautada pela necessidade e pela proporcionalidade, de modo a não afrontar o princípio da dignidade da pessoa humana" (Brasil, 2019).

Outro ponto relevante é a responsabilidade do policial militar quando, no exercício do cumprimento de seu dever legal, atua fora dos limites estabelecidos pela legislação. Caso o policial ultrapasse os limites da legalidade ou aja com dolo ou culpa, ele poderá ser responsabilizado penalmente, mesmo que estivesse inicialmente atuando no cumprimento de seu dever. O fato de o policial estar agindo no estrito cumprimento do dever legal não o exime de responsabilidades caso haja abuso de poder ou excessos em sua conduta. Em diversos processos, o STF reforçou que o policial militar deve sempre ser responsável pela adequação da sua conduta, uma vez que ele é um agente público que deve atuar com respeito à lei e aos direitos fundamentais. O entendimento jurisprudencial é claro: a ação policial deve ser compreendida como uma medida de exceção, não podendo ser extrapolada em suas consequências (Brasil, 2019).

Além disso, a compreensão sobre o estrito cumprimento do dever legal implica em uma análise contínua sobre as circunstâncias em que o policial se encontra no exercício de sua função. Cada operação policial, cada abordagem e cada situação de risco são contextos únicos que exigem uma avaliação criteriosa por parte dos profissionais envolvidos. A doutrina de Silva (2014) enfatiza que a decisão de utilizar a força deve ser resultado de uma análise precisa da situação, levando em conta os elementos de ameaça, a presença de risco iminente e a adequação da reação policial. A utilização de força desnecessária ou excessiva não pode ser justificada como cumprimento de um dever legal, pois a lei exige sempre a observância da proporcionalidade entre o que está sendo repellido e os meios utilizados para tanto.

A questão da responsabilidade penal do policial militar também se relaciona com o conceito de erro de execução, que ocorre quando o agente, mesmo agindo dentro de sua função, comete um erro quanto aos meios utilizados para alcançar o fim pretendido.

Nesse sentido, a atuação policial também precisa ser acompanhada de medidas que assegurem o controle da legalidade e da proporcionalidade no uso da força. A utilização de tecnologias, como câmeras corporais, tem sido uma ferramenta importante para garantir que as ações dos policiais sejam acompanhadas e monitoradas, permitindo uma maior transparência na análise do cumprimento do dever legal. Tais medidas podem contribuir para a redução de abusos de poder e assegurar que o policial militar tenha respaldo jurídico em situações em que age dentro dos limites da lei.

A legislação brasileira também tem avançado no sentido de oferecer maior proteção aos policiais militares em situações de risco. O Código Penal Militar, por exemplo, estabelece normas para o uso da força pelos militares, prevendo que a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal sejam considerados causas de exclusão de ilicitude em diversas situações. Contudo, a aplicação desses conceitos no cotidiano da Polícia Militar ainda é um tema de grande complexidade, que exige constante atualização das práticas e dos métodos de atuação dos policiais, bem como da legislação que regula tais práticas.

Proteção Jurídica do Policial Militar: Desafios e Propostas de Aperfeiçoamento

A proteção jurídica do policial militar é um tema crucial no contexto da segurança pública, especialmente diante da natureza das funções desempenhadas por esses profissionais, que frequentemente se veem expostos a situações de risco e tensão. O papel da Polícia Militar no Brasil é fundamental para a preservação da ordem pública, e, por isso, os policiais precisam estar amparados por um arcabouço jurídico que os proteja não apenas durante o exercício de suas funções, mas também em situações em que suas ações, por mais legítimas que sejam, possam ser questionadas. O conceito de proteção jurídica envolve, portanto, a garantia de direitos, a prevenção de abusos de autoridade, a assistência legal em caso de processos e a aplicação de normativas que assegurem um equilíbrio entre a atuação policial e o respeito aos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 garante aos agentes públicos, incluindo os policiais militares, uma série de direitos que visam protegê-los em suas funções. Entre esses direitos, destaca-se a segurança jurídica no exercício de suas atividades, com a previsão de que ações realizadas em estrito cumprimento do dever legal ou em legítima defesa são amparadas pela lei. Porém, apesar das garantias legais, os policiais militares enfrentam diversas dificuldades jurídicas no exercício de suas funções. O uso da força, em situações de confronto, é um dos principais pontos de debate. Muitas vezes, o policial militar, ao utilizar a força em cumprimento de sua missão, pode ser responsabilizado penalmente, especialmente quando as

circunstâncias não são bem compreendidas pela sociedade ou pelas autoridades judiciais. A proteção jurídica, nesse sentido, precisa garantir que o policial possa agir com segurança em suas decisões sem temer represálias, desde que dentro dos limites da lei.

Um dos maiores desafios enfrentados pela proteção jurídica do policial militar é a interpretação do uso da força. A atuação da Polícia Militar envolve uma série de ações que, muitas vezes, são tidas como legítimas em um primeiro momento, mas que podem ser questionadas judicialmente, especialmente em situações em que o uso de força letal se faz necessário. A linha entre o cumprimento do dever legal e o abuso de autoridade pode ser tênue, e a forma como os tribunais interpretam esses casos varia de acordo com a análise de cada situação. A jurisprudência tem se esforçado para delimitar esses limites, mas ainda existe uma certa insegurança jurídica para os policiais, que, muitas vezes, se veem envolvidos em processos judiciais mesmo quando atuam dentro dos parâmetros legais. Segundo (De Abreu, 2025), a proteção jurídica do policial deve abranger uma visão crítica sobre os limites da atuação policial, buscando um equilíbrio entre a eficácia da ação policial e a preservação dos direitos individuais.

Além das dificuldades relacionadas ao uso da força, a assistência jurídica também é um componente fundamental na proteção do policial militar. O acesso à assistência jurídica de qualidade em casos de processos ou investigações é essencial para garantir que o policial tenha um julgamento justo e que seus direitos sejam respeitados. A Defensoria Pública e os advogados especializados desempenham um papel crucial nesse processo, oferecendo suporte legal e jurídico ao policial em caso de acusação ou investigação. Contudo, a assistência jurídica, muitas vezes, ainda é insuficiente, principalmente para os policiais militares que atuam em estados com menos recursos, onde o apoio institucional é limitado. Nesse cenário, é necessário que haja uma maior estruturação do sistema de defesa, com investimentos em treinamento e recursos para assegurar que os policiais tenham acesso a uma representação jurídica de qualidade em todas as fases do processo.

Outro ponto que merece destaque são as propostas de aperfeiçoamento da proteção jurídica do policial militar, que envolvem a criação de normas mais claras e específicas para regular a atuação desses profissionais. A criação de um código de conduta detalhado, que defina de forma precisa os limites do uso da força, a responsabilidade do policial em situações de confronto e as condições para que ele seja protegido juridicamente, pode ser uma medida importante para diminuir a insegurança jurídica que esses profissionais enfrentam. A implementação de políticas públicas que promovam a educação continuada sobre direitos e deveres dos policiais militares, além de um aprimoramento das técnicas de abordagem e contenção de conflitos, pode ajudar a reduzir os casos de excessos e, ao mesmo tempo, garantir que o policial tenha respaldo legal em sua atuação.

Para que tais políticas de educação sejam eficazes, o fortalecimento da figura do oficial como multiplicador de conhecimento é essencial. A proteção jurídica do policial operacional começa na instrução prévia; quando o oficial orienta sua tropa sobre os limites do estrito cumprimento do dever legal e os parâmetros de

proporcionalidade, ele atua preventivamente na salvaguarda dos direitos do militar e da sociedade, servindo como a primeira linha de defesa contra o excesso ou a insegurança jurídica.

Além disso, a utilização de tecnologias de monitoramento, como câmeras corporais, pode ser uma ferramenta essencial na proteção jurídica do policial militar. As câmeras são capazes de fornecer provas claras e objetivas sobre as circunstâncias em que o uso de força foi realizado, o que pode ajudar a evitar interpretações errôneas ou acusações infundadas contra o policial. Essas tecnologias também aumentam a transparência nas ações da Polícia Militar, promovendo um controle mais eficaz e uma melhor fiscalização, o que pode resultar em maior confiança da sociedade nas instituições de segurança pública. Estudos demonstram que o uso de câmeras corporais tem contribuído para a redução de abusos de poder, pois torna as ações policiais mais rastreáveis e documentadas (De Abreu, 2025).

Por fim, é essencial destacar que a proteção jurídica do policial militar deve ser acompanhada de uma constante revisão e atualização das normas e procedimentos que regem a atuação policial. A legislação deve acompanhar a evolução da sociedade e das práticas policiais, considerando as novas formas de violência e os desafios impostos pela criminalidade moderna. Além disso, a proteção jurídica do policial também deve estar associada à sua capacitação contínua, para que o policial compreenda os limites e as responsabilidades de sua atuação, evitando excessos e garantindo o respeito aos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível analisar e discutir os diversos aspectos jurídicos que envolvem a proteção do policial militar em serviço, com foco nas situações em que a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal se apresentam como elementos fundamentais para a salvaguarda dos direitos e das responsabilidades desses profissionais. O trabalho buscou esclarecer a complexidade da atuação da Polícia Militar, as implicações jurídicas relacionadas ao uso da força e os desafios enfrentados pelos policiais ao longo de sua trajetória, com especial atenção para a necessidade de proteção jurídica eficaz, que resguarde a integridade dos policiais sem comprometer a justiça e a legalidade.

O estudo revelou que, apesar das garantias legais previstas na Constituição Federal de 1988 e em outras normativas, os policiais militares frequentemente se deparam com situações em que o uso de força, seja em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal, gera controvérsias jurídicas que os expõem a processos judiciais e responsabilizações indevidas. A análise das legislações e da jurisprudência demonstra que o conceito de legítima defesa e a aplicação do dever legal são instrumentos cruciais para a atuação policial, mas que também exigem uma interpretação cuidadosa para evitar excessos e abusos de autoridade. O equilíbrio entre a ação policial necessária para manter a ordem pública e o respeito aos direitos humanos é um desafio constante que demanda não apenas a aplicação

das normas vigentes, mas também uma constante reflexão sobre as condições e limites de atuação dos policiais militares.

Cada capítulo do trabalho contribuiu para uma compreensão mais detalhada dos elementos que compõem a proteção jurídica do policial militar. No primeiro capítulo, foi discutida a importância do conceito de legítima defesa para o policial militar, ressaltando que a atuação dentro dos limites legais e a proporcionalidade no uso da força são elementos essenciais para garantir que o policial tenha sua proteção jurídica resguardada. O segundo capítulo aprofundou-se no conceito de estrito cumprimento do dever legal, evidenciando que, embora esse princípio seja fundamental para a atuação dos policiais, ele precisa ser acompanhado de uma análise rigorosa de cada situação, a fim de evitar a responsabilização por ações excessivas ou inadequadas. Por fim, no terceiro capítulo, foi discutido o panorama atual da proteção jurídica do policial militar, seus desafios e as propostas de aperfeiçoamento, como a criação de normativas mais claras e a implementação de tecnologias, como as câmeras corporais, para garantir maior transparência e controle nas ações policiais.

Em termos metodológicos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que envolveu uma análise detalhada da legislação, da doutrina jurídica, e da jurisprudência relacionada à atuação policial militar. A revisão de literatura foi fundamental para compreender o contexto histórico e atual das leis que protegem os policiais militares, bem como as principais críticas e sugestões para a melhoria dessa proteção. O trabalho também se baseou em estudos de casos e em exemplos práticos de atuação policial, a fim de ilustrar como os princípios de legítima defesa e do dever legal têm sido aplicados em situações concretas.

Em relação à problemática central do estudo, foi possível confirmar que, embora a legislação brasileira ofereça garantias jurídicas aos policiais militares, ainda existem lacunas que geram insegurança jurídica. A falta de normatização em determinados aspectos da atuação policial e a dificuldade de interpretação das normas por parte de diferentes instâncias judiciais aumentam a vulnerabilidade dos policiais a processos que podem ser iniciados mesmo quando suas ações são legítimas. A proteção jurídica do policial militar, portanto, necessita de um aprimoramento legislativo que, ao mesmo tempo, assegure a atuação efetiva desses profissionais e garanta os direitos da população.

A pesquisa revelou, ainda, que as propostas de aperfeiçoamento na proteção jurídica dos policiais militares são variadas, mas todas apontam para a necessidade de maior clareza nas normas que regulamentam o uso da força e a atuação policial. A criação de um código de conduta mais detalhado, a ampliação do acesso à assistência jurídica de qualidade, e o uso de tecnologias de monitoramento, como câmeras corporais, são algumas das principais sugestões que podem contribuir para melhorar o contexto jurídico no qual os policiais militares operam. Essas medidas não apenas aumentariam a transparência nas ações policiais, mas também proporcionariam maior segurança jurídica aos profissionais da segurança pública, que se encontram, muitas vezes, em situações de risco e pressão extrema. Além das inovações tecnológicas e legislativas, conclui-se que a dimensão humana e

hierárquica é vital: a instrução técnica conduzida por oficiais qualificados garante que o policial na ponta da linha execute sua função com a convicção jurídica necessária, sabendo exatamente onde termina o dever e começa o excesso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Informativo STF nº 992 – Uso da força estatal (proporcionalidade e limites)**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo992.htm>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF esclarece que uso da força letal por agentes do Estado deve ocorrer apenas após esgotados outros meios**. Notícias STF, 03 fev. 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=481169>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BATISTA, Nilo. Andanças da Inquisição no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 01, p. e71158, 2024.
- DE ABREU, Juan Diego Farias. Câmeras corporais como instrumento de desrespeito aos direitos humanos dos Policiais Militares. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 6, p. e80651-e80651, 2025.
- DE ALMEIDA, Victor Alisson; NETO, Wilson Gomes Ramos. O papel da Polícia Militar na garantia da segurança pública: a salvaguarda do Estado Democrático de Direito. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 1, p. e77123-e77123, 2025.
- DE CARVALHO, Philipe Lira; DIAS, Marcos Antônio Negreiros; MELO, Frank Cynatra Sousa. Assistência Jurídica: Necessidade de Normatização para Defesa dos Policiais Militares do Tocantins Processados Judicialmente Devido ao Cumprimento Regular de suas Atribuições. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 51, p. 136-146, 2021.
- DE MORAES ZAMIEROWSKI, Francimar. A atividade da Polícia Militar: a importância do policial militar para a persecução criminal. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 8, p. 23358-23376, 2023.
- DE MOURA, Simone Vivian; DE QUADROS, Rosana Paiva Soares. O Serviço de Assistência Social na Polícia Militar de Minas Gerais. **O Alferes**, v. 31, n. 79, 2021.
- DE OLIVEIRA, Manoel dos Santos; GAMA, Arnaldo Costa. Inquérito Policial Militar: principais incidências criminais e implicações institucionais no contexto da Polícia Militar do Amazonas. **Pro Lege Vigilanda**, v. 3, n. 1, p. 73-103, 2024.
- DE VASCONCELLOS, Roger Nardys. O Sistema de Proteção Social dos Militares à luz dos recentes precedentes do Supremo Tribunal Federal—ADI 6917 e Tema 1177. **Pro Lege Vigilanda**, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2022.
- DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos: diretrizes da metodologia científica**. 5 ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

FERNANDES, Rogério Aparecido. O inquérito policial militar como instrumento legítimo de apuração dos crimes cometidos por militares estaduais em serviço ou em razão da função The military police investigation as a legitimate instrument to investigate crimes committed by state military personnel on duty or by. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 20077-20093, 2022.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários encarregados de fazer cumprir a lei. 1990**. Disponível em: <https://www.defensoria.ms.def.br.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

RAMALHO, Breno Pinto *et al.* Estabilidade Jurídica e o Uso da Força Letal no Serviço Policial Militar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 3435-3455, 2025.

silva, Luiz Ricardo Alves Ferreira. Policial Militar: Identidade, Função E Responsabilidades. **Recima21-Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 5, n. 1, p. e514795-e514795, 2014.

VANTROBA, Nayara Camargo; VANTROBA, Rodrigo. Eficiência Policial e Segurança Jurídica: a Aplicação dos Procedimentos Operacionais Padrão na Polícia Militar do Estado do Paraná. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 4817-4839, 2025.